



Revista Eletrônica de Filosofia
Philosophy Eletronic Journal
ISSN 1809-8428

São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>

Vol. 8, nº. 2, julho-dezembro, 2011, p. 064-073

ANÁLISE PRAGMÁTICA DA TEORIA DO MERCADO LIVRE SOB O PONTO DE VISTA DA ÉTICA EM MILTON FRIEDMAN

Haroldo de Arruda Junior

Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – Brasil.
professorharoldoarruda@hotmail.com

Resumo: Quais as reais possibilidades da prática da ética no meio empresarial? O objetivo principal deste artigo é identificar e analisar, por meio da teoria do pragmatismo de Charles Sanders Peirce, os argumentos sustentados por Milton Friedman na Teoria do Mercado Livre aplicada dentro de um sistema econômico conhecido como capitalismo. Esta teoria para muitos empresários e economistas funciona como uma regra oficial sobre a prática da ética nas relações empresariais. A análise destes argumentos pelo pragmatismo de Charles Sanders Peirce nos levará a uma reflexão de como a prática da ética empresarial age diretamente na formação de valores e ainda como este conjunto de novos valores forma um sistema social e se este é o conjunto de valores que desejamos para todos nós.

Palavras-chave: Pragmatismo, Ética. Filosofia. Mercado. Empresa.

PRAGMATIC ANALISYS OF THE THEORY OF FREE MARKET UNDER THE VIEW OF ETHICS IN MILTON FRIEDMAN

Abstract: *What are the real possibilities of the practice of ethics in business? The purpose of this paper is to identify and analyze, by means of the theory of pragmatism of Charles Sanders Peirce's arguments supported by Milton Friedman's Theory of Free Market implicit within an economic system known as capitalism. This theory for many businessmen and economists works as an official rule on the practice of ethics in business relationships. The analysis of these arguments by the pragmatism of Charles Sanders Peirce will lead us to a reflection of how the practice of business ethics acts directly in the formation of values and how this new set of values forms a social system, and whether this is the set of values we want for all of us.*

Key-words: Pragmatism. Ethics. Philosophy. Market. Company.

* * *

Introdução

Em linhas gerais a teoria do mercado livre formatada pelo economista Milton Friedman¹ está pautada em uma máxima que funciona como um princípio norteador para todas as empresas que têm como objetivo o crescimento econômico e consequente sucesso em um determinado mercado. Como instrumento aplicador desta máxima, Milton Friedman aponta os gerentes de negócios, representantes diretos dos proprietários e acionistas. A meta principal destes operadores financeiros constitui a regra da máxima constituída pelo seu autor, a saber; maximizar os lucros dos proprietários e acionistas das empresas das quais estes gerentes de negócios são contratados. Esta meta é uma regra interpretada no mercado empresarial como uma lei e, portanto, uma responsabilidade primordial que deve ser cumprida pelos gerentes de negócios.

Outro ponto que deve ser destacado na teoria do mercado livre em Milton Friedman é com relação ao papel do governo nas relações empresarias. O autor declara de forma contundente que o Governo deve ter apenas uma obrigação perante as empresas, a saber, protegê-las no seio deste mercado livre e de forma alguma devem interferir em suas relações econômicas, mantendo-se sempre fora dos problemas que norteiam o universo empresarial. Portanto, neste mercado as pessoas devem ser livres, sem nenhum tipo de coerção ou interferência que possam regular suas atitudes por parte do governo. Nota-se que sob este ponto de vista, a aplicação do conceito de justiça social fica em abstrato, sem ações afirmativas procedurais até porque esta é uma proposição ou princípio admitido em vista das consequências que dele os executivos podem tirar, abstraindo as verdades ou falsidades intrínsecas.

Com base nestes princípios, a teoria do mercado livre em Milton Friedman vai propor a aplicação de uma regra, ou seja, de uma normatização da prática da ética, por meio de um sistema que se autorregula em função do mercado. A ética proposta pela teoria do mercado livre é defendida por muitos pensadores dentre eles o economista Milton Friedman. Há, por detrás disso, uma teleologia que pensa uma autorregulação que tem raízes na "mão invisível de mercado" e nas teorias calvinistas da ética do trabalho.

Parece-nos lícito acreditar que as questões éticas ligadas às relações econômicas estão muito próximas ao conceito de responsabilidade social, sejam nas ações internas por meio do desenvolvimento de ferramentas que possam promover

¹ Milton Friedman foi um dos mais destacados economistas do século XX e um dos mais influentes teóricos do liberalismo econômico. Principal apóstolo da Escola Monetarista e Membro da Escola de Chicago, além de defensor do *Laissez faire* e do mercado livre. Friedman foi conselheiro do governo chileno de Augusto Pinochet e muitas das suas ideias foram aplicadas na primeira fase do governo Nixon e em boa parte do governo Reagan.

qualidade de vida no trabalho a todos os colaboradores de uma empresa, ou até mesmo por meio de projetos sociais que possam trazer benefícios para uma sociedade. No entanto, estes apontamentos não são contemplados pela teoria defendida por muitos pensadores e economistas, dentre eles Milton Friedman, visto que para estes analistas esta responsabilidade deve ser exclusiva do executivo, tornando-se desperdício e, portanto, despesa para as empresas. O argumento mais utilizado por estes pensadores está centrado no fato das empresas pagarem seus impostos e, portanto, desta forma já estão dando a sua fatia de contribuição.

1. A questão da responsabilidade social na visão de Milton Friedman

Vejam a citação abaixo retirada do artigo “*A responsabilidade social dos negócios é aumentar seus lucros*”, escrito por Milton Friedman, citado na obra de Joseph Desjardins intitulada “*Contemporary Issues in Business Ethics*”.

Os empresários acreditam que eles estão defendendo uma empresa livre quando eles declaram que os negócios não estão apenas preocupados com os lucros, mas também com a promoção social, ou seja, negócios também têm consciência social, na medida em que assumem suas responsabilidades sociais quando fornecem emprego, quando eliminam a discriminação, quando evitam a poluição, enfim quando ajudam a minimizar as mazelas da sociedade contemporânea. E ainda conclui logo a seguir que: homens que falam desta maneira são fantoches involuntários das forças intelectuais, que foram minando as bases de uma sociedade livre, nestas últimas décadas. (DESJARDINS, 2011, p. 8)

Nota-se que Milton Friedman levanta o seguinte questionamento: por que as empresas devem se preocupar com questões éticas? Ou ainda, por que as empresas devem ter obrigações e responsabilidades sociais? Para ele quem deve ter responsabilidades sociais são as pessoas. Uma empresa, segundo Friedman, é uma pessoa artificial e, portanto, deve ter responsabilidades artificiais. É justamente neste ponto que chamamos a atenção do leitor para uma reflexão sobre um problema que tem em sua gênese uma formação conceitual um tanto difusa visto que quem constrói as empresas são os homens e, portanto, nada mais prudente do que analisarmos a filosofia do homem como princípio norteador para todas as ações colocadas em prática por meio de uma empresa.

Parece-nos muito confortável a criação de dois caminhos distintos por parte do declarante da citação acima no que diz respeito às responsabilidades sociais de uma empresa perante a sociedade. Se de um lado as empresas não devem ter responsabilidade nenhuma com a área social, a não ser aquelas ligadas a atender as necessidades de consumo de um determinado mercado, do outro lado, podemos concluir que da mesma forma as pessoas devem ter o direito de excluir estas

empresas que não contribuem com a preservação do bem comum e coletivo e tudo isso passa necessariamente por um processo de escolha.

Apontar uma empresa como uma instituição artificial, omitindo suas responsabilidades sociais com uma sociedade, a nosso ver nada mais é do que o mesmo que uma pessoa praticar um crime e colocar a culpa no instrumento utilizado para a execução do delito.

Existem neste processo dois pontos fundamentais de análise, a saber: escolhas e intenções. Uma empresa faz escolhas e tem intenções? Não; quem tem escolhas e intenções são as pessoas gestoras das empresas. Portanto, uma empresa enquanto uma instituição artificial, conforme afirma Milton Friedman, é absolutamente nada sem as pessoas que dentro dela tomam decisões. Assim, sob este ponto de vista, as pessoas se configuram como o maior capital que uma empresa pode ter. No entanto, o que devemos levar em consideração dentro deste sistema são as práticas pelas quais estas escolhas e intenções estão sendo concebidas, ou seja, devemos refletir como estamos agindo ou como deveríamos agir. E ainda, como estas ações, frutos de uma decisão colegiada, estão moldando os valores éticos no seio da sociedade.

2. A dimensão ética do pragmatismo

Tal contexto de valores diz respeito à dimensão ética do pragmatismo, mais propriamente a seu *sentido pragmático* que estabelece aquele compromisso das ações de uma pessoa, uma comunidade ou organização empresarial, com os planos que as intencionalizam e, mais que isso, com os fins que pretendem, transgredindo a mera consistência lógica entre as esferas teórica e prática.

Não podemos conceber que uma empresa enquanto instituição não possa ou não tenha nenhuma obrigação social a não ser a busca incessante pela maximização dos seus lucros. Uma empresa reflete o lado externo de suas intenções, por meio das suas atitudes no mercado, configurando o caráter de seu gestor ou gestores em hábitos e ações que constroem condutas plausíveis ou reprováveis pela sociedade, eis o *sentido pragmático*. A empresa, sob este ponto de vista, nada mais é do que um instrumento de mediação, ou seja, é meio utilizado pelas pessoas para a prática de suas relações econômicas. Por isso mesmo, tem que haver o contraponto até porque, se a empresa deixa de existir, as pessoas perdem o *ground* de afecção para a mediação.

Toda ação é o lado externo de um pensamento; segundo Charles Sanders Peirce uma ação é o resultado de uma mediação. Sob o ponto de vista do

Pragmatismo, poderíamos dizer que um processo cognitivo qualquer é o resultado de uma relação capaz de gerar um processo interpretante na mente de um intérprete, afetando-lhe a conduta.

O que está em jogo, portanto, é se estamos realmente determinados e motivados a criar e promover uma sociedade mais justa, solidária e fraterna, onde a preocupação com o bem estar do outro é igual ou até mesmo mais importante que o nosso bem estar. A ética pode ser uma utopia em meio a tantas outras criadas pelo homem, mas pode ser também uma oportunidade única de evolução. Quem sabe está na educação das pessoas o caminho para se promover todo o seu talento e habilidades, além de incentivar o desenvolvimento de um sentido de responsabilidade pelo seu próximo no lugar da exaltação do poder, da vaidade e do sucesso em nossa sociedade.

Milton Friedman separa a empresa das pessoas, o público do privado e as coloca em posições distintas com responsabilidades unilaterais. É fato que nesta empresa encontram-se regras que formam um código de ética estabelecido. Parece-nos lícito também acreditar que sob o comando deste gerente de negócios existe uma equipe, ou seja, um grupo de pessoas que escolheu estar naquela empresa. Estas pessoas estão dispostas a serem lideradas apesar de terem objetivos e interesses diferentes. Este grupo pode criar e promover um projeto social que vise algum benefício social para uma determinada instituição, tal como escola, igreja, associação, abrigos, etc. Consideremos que esta ação seja voluntária, sem nenhum lucro para a empresa. Sob outro ponto de vista podemos analisar o gerente de negócios apenas como uma pessoa que carrega consigo as suas escolhas e interesses e não como um líder na empresa.

Sob o ponto de vista do Pragmatismo esta divisão de responsabilidades, de um lado, as pessoas e, do outro, a empresa, sem a mediação do governo, como propõe Milton Friedman, parece-nos absolutamente impossível, uma vez que a atitude individual presente numa ação humana é partícipe de um processo deliberativo, racional. Sem tal racionalidade a conduta humana poderia estar restrita a uma ação instintiva, puramente adaptativa com o ambiente. Entretanto, a ação humana não é meramente adaptativa; temos a habilidade de agir segundo fins, num processo interativo, modificando nossos hábitos de conduta sempre que conveniente ao sucesso de uma ação futura.

Portanto, podemos afirmar que nossa conduta, seja dentro das empresas ou fora delas, é ação deliberada intencional e *“para o Pragmatismo de C. S. Peirce a deliberação é essencial para a ação e a razão, a qual é um especial tipo de ação”* (CP 5.442). Lembramos ainda que Peirce afirmou que o maior mal moral é a

ausência de bem lógico e que, portanto, é por este caminho que a realidade vai confirmar se o bem estético de um sujeito é ou não compatível na intersubjetividade.

3. A importância do conceito de 'autocontrole' de Peirce para o universo empresarial

No universo empresarial a delegação e deliberação são ações comuns entre pessoas e departamentos. Todas estas ações tem em si um caráter intencional que é analisado por Peirce sob o conceito de autocontrole. *“O auto controle permite um espaço para o “dever” da conduta e do pensamento”* (CP 4.540), ou seja, sem esta característica a ação poderia ser sempre regulamentada pelos hábitos existentes. Por meio do autocontrole é possível emprendermos uma ação distinta de uma anterior habitual que não atingiu seus fins, ou seja, é possível mudarmos as regras de ação e adaptarmos as mesmas às novidades decorrentes da experiência.

O conceito de autocontrole em Peirce foi influenciado pelo pensamento de Friedrich Schiller ². Para Schiller as pessoas tinham que ter habilidade para conceber uma unidade subjetiva durante todas as mudanças provisórias das suas vidas. Peirce adotou duas ideias de Schiller que foram importantes na sua concepção de autocontrole. Primeiro, é o papel encenado pela idéia de beleza na unidade da natureza humana e a influência que isso terá no sistema das Ciências Normativas e no papel da Estética. Segundo, está no conceito de autocontrole que pode estar na atitude do homem que pensa alguma outra coisa, além dele mesmo e de suas imediatas ocupações e vê coisas para além das suas urgências temporárias.

De acordo com Juan Frontodona: *“... o conceito de autocontrole está relacionado com a questão da natureza da ética”* (FRONTODONA, 2002, p. 172). Para Peirce a ética é a ciência que pergunta sobre o que é o *bem* de uma conduta. Ele pressupõe que o autocontrole é fundamental para que a conduta, uma vez desenhada, seja objeto de efetiva ação. Evidentemente isto requer que se tenha a volição como a faculdade na qual a possibilidade da ação se apóia, dando à Ética um caráter de binaridade advindo do esforço interior para realizar a ação assim deliberada. Coerentemente, ele associou o autocontrole com a categoria de segundidade dado sua natureza geneticamente dualística.

Vejamos o que diz Peirce: *“... em assuntos de rotina, o autocontrole pode talvez não ser necessário, mas naquelas ações com grandioso objetivo, uma reflexão crítica é essencial”* (CP 7.448-449).

² Johann Christoph Friedrich von Schiller (10 de Novembro de 1759 em Marbach am Neckar - 9 de Maio de 1805 em Weimar), mais conhecido como Friedrich Schiller, foi um poeta, dramaturgo, filósofo e historiador alemão. Juntamente com Goethe, foi um dos grandes homens de letras da Alemanha do século XVIII.

Com o autocontrole crítico, subsidiados por modelos teóricos que pressupõem uma continuidade temporal entre o presente e o futuro, podemos antever eventos – na verdade esta é, certamente, a principal missão da nossa racionalidade. Entretanto, se para nós o autocontrole é um fato, certamente seremos capazes de prever nossa conduta em face da conduta futura do mundo.

Portanto, para Peirce “... o autocontrole permite-nos analisar, considerar, e prever os possíveis efeitos que acompanharão as nossas ações a qual é o que está expresso na máxima pragmática” (CP 5.442).

O autocontrole sob a categoria de segundidade revela uma aparente oposição entre o mundo interno pessoal e suas relações com o mundo externo. Peirce não negou que cada indivíduo tem certas características no que respeita aos seus sentimentos, pensamentos e ações, e que estas são encontradas nos hábitos que definem nossa personalidade. Contudo, dado o caráter semiótico de toda a realidade, incluindo a realidade humana, é observado que o processo pelo qual o indivíduo enfrenta, muda e redireciona estes hábitos, implica, necessariamente, numa relação com outros, e, portanto, que nossa vida é essencialmente pública, ou seja, primordialmente social.

Portanto, sob este ponto de vista, não há a possibilidade de separarmos o que é público do que é privado; nós não podemos ter uma dupla linguagem para ser usada separadamente em nossa vida pública e privada, porque nosso mundo interno está completamente impregnado com os caracteres sociais intrínsecos à nossa própria natureza.

O conceito pragmático de comunidade tem, em sua essência, a linguagem, ou melhor, a *comunicação* que ela enseja como fenômeno que estabelece vínculo entre os indivíduos, onde a palavra é apenas um dos signos que participa na constituição desta mesma comunidade.

Regras de natureza ética lastreiam um *modus operandi* social em uma comunidade e é fundamental para a investigação e o progresso científico. Assim como a comunicação é essencial para uma comunidade, é também uma exigência essencial para alcançarmos condições em que *verdade* seja de reconhecimento público. É por esta razão que a lógica é essencialmente comunitária e governa a estrutura profunda de um contrato social. O que constitui a trama social não é o que sustenta o interesse individual, de tal modo que necessariamente uma ética deve subjazer a todo contrato social que vise fins comuns. Peirce afirma “*pessoas não podem ser egoístas*” (CP-2.654). “*Pelo contrário elas devem identificar-se com os interesses da comunidade*” (CP-5.356).

Peirce não acredita em imperativo categórico - algo imutável - isto seria Kant. Então não podemos ser tão contundentes. A lógica precisa da comunidade, pois há o duplo falibilismo, a de como os sujeitos representam os objetos, os quais, por sua vez, também se submetem ao acaso. Sinequismo, Tiquismo e Agapismo existem, mas estão submetidos à ubiquidade ou onipresença das categorias da experiência, de maneira que não cabe o eternamente imutável do preceito da autopurificação contra o egoísmo. Ele é, antes de tudo, ilógico - não abre as portas à experiência de terceiridade - e não evolucionário.

Peirce critica o fato de que os interesses econômicos empresariais têm sido completamente desassociados de uma ética que vise fins comunitários e complemente, ainda que o acordo de opiniões que se verifica no plano das atividades científicas, em que o diálogo é balizado pela experiência e pela busca da verdade, deveria ser um modelo inspirador das atividades humanas que almejam, ao menos em tese, fins comuns.

Após *“Evolutionary Love”*, o último da série de artigos que Peirce discursou suas idéias metafísicas e cosmológicas, Peirce revê o que entende por ética em sua filosofia, enquadrando-a dentro da sua arquitetura metodêutica, ou seja, os signos que constituem a argumentação. Neste artigo Peirce afirma que economia política tem sua própria fórmula de redenção, a saber, inteligência à serviço da ganância. Ressaltamos ainda que o capitalismo, com os princípios da época, tinham um *a priori* da teleologia da mão invisível do mercado e total ausência de garantia e direitos sociais, a tal justiça social em abstrato. Portanto, os argumentos de Peirce já revelavam um conjunto de críticas avançadas para a época. De qualquer maneira Peirce refuta a ética kantiana dos imperativos categóricos, sem, no entanto, valorizar a entrada do homem no mundo inteligível.

Peirce criticou os princípios egoístas que governam as atividades econômicas na sociedade, pois usam a hipocrisia e a fraude para um estranho conceito de virtude por meio da ação.

Segundo Peirce *“...a única atividade que este princípio pode favorecer é aquela em que fornece uma imediata recompensa e que pode ser mantida em segredo (CP-1.75)”*; como exemplo, ele cita a indústria de perfumes.

A crítica de Peirce está centrada nos princípios de ação que têm um propósito puramente especulativo, ou seja, princípios destinados à busca de informações confidenciais ou a manutenção de sigilo profissional.

Conclusão

Vejamos a seguinte hipótese: se substituirmos o interesse monetário, dos indivíduos que administram as organizações, por outros interesses, tal como fama e prestígio, verificamos que isso não pressupõe uma mudança latente no modelo motivacional, pois seu objetivo principal ainda continua sendo a aquisição de resultados eficazes, puramente individuais ou confinados a um grupo restrito.

Parece-nos lícito acreditar que se os indivíduos estão abertos para outros interesses, ou seja, para além dos seus interesses pessoais, um ambiente social ou comunitário é necessário, e este é o ambiente em que os interesses comuns irão se desenvolver.

Reconhece-se, então, que uma comunidade é uma necessidade, mas uma condição insuficiente para adequar comportamentos morais sobre as atitudes individuais e conseqüentemente para uma correta argumentação lógica. Mas qual o papel do profissionalismo empresarial na formação de uma sociedade globalizada? Alguns estudiosos estão divididos entre aqueles que tem adotado uma tendência utilitarista e aqueles que concebem uma sociedade composta, até certo ponto, de fins éticos.

Desta forma fica evidente que, com todas essas mudanças, precisamos rever nossos conceitos, propor um novo conjunto de atitudes. Neste processo de mudança, as organizações empresariais têm um papel fundamental, não somente como empresas comerciais, mas, sobretudo como empresas de conexão que promovem o acesso e a interação entre culturas. Com isso nota-se que a ética e a responsabilidade social sob o ponto de vista da teoria do pragmatismo, devem estar impregnadas no caráter dos líderes que decidem a linha de conduta destas organizações.

* * *

Referências bibliográficas

DESJARDINS, Joseph. *Contemporary Issues in Business Ethics*. Belmont, USA. Wadsworth, 2011.

DE WAAL, Cornelis. *On Pragmatism* -. New York, Thomson – Wadsworth, 2005.

FRONTODONA, Juan. *Pragmatism and Management Inquiry: Insights from the Thought of Charles S. Peirce*. New York. Quorum Books, 2002.

HAUSMAN, Carl, R. *Charles S. Peirce's Evolutionary Philosophy*. Cambridge at University Press, 1993.

HOOKEYWAY, Christopher. The Pragmatist Maxim and the Poof of Pragmatism. In: *Cognitio*, v. 6 - nº 1, São Paulo, Educ. 2005.

IBRI, Ivo A. Pragmatismo e Técnica. In: *Hypnós* nº 3, São Paulo, Educ. - Palas Athena, 149-156, 1998.

_____. Semiótica e Pragmatismo: Interfaces Teóricas. In: *Cognitio* v. 5 - nº 2, São Paulo, Educ. 2004.

_____. *Kósmos Noétos: A Arquitetura Metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo, Editoras Perspectiva e Hólon, 1992.

_____. As Consequências de “Consequências Práticas” no Pragmatismo de C. S. Peirce. In: *Cognitio* nº 1, São Paulo, Educ. - Palas Athena, 2000.

PEIRCE, Charles S. (Ed.). *Studies in Logic by Members of Johns Hopkins University*. Amsterdam / Philadelphia; John Benjamins Publishing, 1983.

PEIRCE, Charles S. Pragmatism as the Logic of Abduction. In: *The Essential Peirce*. Bloomington; Indiana at UP; Volume. 2, 1998. (texto traduzido em Peirce, C. S. – Semiótica. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977).